



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2017/Conjunta/ConsUni/ConsePE

1 Aos 25 dias do mês de abril do ano de 2017, no horário das 14h, no Auditório 112-0, Torre 3 - 1º
2 andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Santa
3 Terezinha, Santo André, realiza-se a I sessão conjunta dos Conselhos Universitário (ConsUni) e
4 de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsePE) da UFABC do ano 2017, previamente convocada e
5 presidida pelo magnífico reitor, Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros:**
6 Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Alberto Sanyuan Suen, representante suplente docente do
7 Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) no ConsUni; Alexandre
8 Hiroaki Kihara, pró-reitor de pós-graduação; Ana Claudia Andreotti, representante suplente
9 discente de pós-graduação no ConsUni; Annibal Hetem Junior, diretor do CECS; Arnaldo
10 Rodrigues dos Santos Junior, representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e
11 Humanas (CCNH) no ConsUni; Carolina Moutinho Duque de Pinho, representante dos
12 coordenadores de graduação no ConsePE; Cássia Gonçalves de Souza, representante dos
13 técnicos administrativos no ConsePE; Charles Morphy Dias dos Santos, representante docente
14 do CCNH no ConsUni; Cristina Fróes de Borja Reis, representante docente CECS no ConsePE;
15 Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Denise Consonni, representante docente do
16 CECS no ConsePE e coordenadora do Grupo de Trabalho responsável pela revisão do Projeto
17 Pedagógico Institucional da UFABC (GT-PPI); Eduardo Peres Novais de Sá, representante
18 docente do CCNH no ConsUni; Emerson Bellini Lefcadito de Souza, representante dos técnicos
19 administrativos no ConsePE; Fábio Willy Parno, representante discente de graduação no
20 ConsePE; Federico Bernardino Morante Trigo, representante suplente docente do CECS no
21 ConsUni; Fernando Luiz Cássio Silva, representante suplente docente do CCNH no ConsUni;
22 Gabriel Valim Alcoba Ruiz, representante suplente dos técnicos administrativos no ConsePE;
23 Giorgio Romano Schutte, representante docente do CECS no ConsUni; Isis Mustafa de Assis,
24 representante discente de graduação no ConsUni; Jeroen Johannes Klink, representante docente
25 do CECS no ConsUni; João Gabriel Coelho, representante discente de graduação no ConsUni;
26 Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luciano Soares da Cruz,
27 representante suplente docente do CCNH no ConsUni; Luísa Falcioni Alvarenga, representante
28 suplente dos técnicos administrativos no ConsUni; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora
29 de pesquisa; Marcelo Bussotti Reyes, vice-diretor do Centro de Matemática, Computação e
30 Cognição (CMCC); Marco Antonio Bueno Filho, representante docente do CCNH no ConsePE;
31 Marcos Vinicius Pó, representante suplente docente do CECS no ConsePE; Maria Cecília
32 Leonel Gomes dos Reis, vice-coordenadora do Bacharelado em Ciências e Humanidades
33 (BC&H); Paloma Breit dos Santos, representante discente de graduação no ConsUni; Patrícia
34 Dantoni, representante docente do CCNH no ConsePE; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de
35 graduação; Pedro Galli Mercadante, coordenador do Bacharelado em Ciência e Tecnologia
36 (BC&T); Peter Maurice Erna Claessens, representante docente do CMCC no ConsePE; Pieter
37 Willem Westera, representante suplente docente do CCNH no ConsePE; Rafael Candido de
38 Lima Junior, representante discente de graduação no ConsePE; Raquel Vecchio Fornari,
39 representante suplente docente do CMCC no ConsUni; Renata Silva, representante suplente dos
40 técnicos administrativos no ConsUni; Roberto Venegeroles Nascimento, representante docente



do CMCC no ConsUni; Rodilei Silva Morais, representante discente de graduação no ConsEPE; Rodrigo Fresneda, representante suplente docente do CMCC no ConsEPE; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos no ConsUni; Silvio Wenceslau Alves da Silva, pró-reitor adjunto de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Stephanie Sampronha, representante suplente discente de pós-graduação no ConsUni; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional e Yossi Zana, representante docente do CMCC no ConsUni. **Ausências justificadas:** Isis Sousa Oliveira Pereira, representante discente de pós-graduação do ConsEPE e Itana Stiubiener, representante docente do CMCC no ConsUni. **Ausentes:** Bruno da Rocha Rodrigues Costa, representante discente de graduação no ConsUni; Eduardo Gueron, representante suplente docente do CMCC no ConsUni; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS no ConsUni; Iara Franco Schiavi, representante discente de pós-graduação no ConsEPE; Jair Donadelli Júnior, representante docente do CMCC no ConsEPE; Jeroen Schoenmaker, representante docente do CECS no ConsUni; José Antonio Souza, representante docente do CCNH no ConsUni; Larissa Mayumi Yokoi, representante discente de graduação no ConsEPE; Luis Paulo Bresciani, representante da comunidade civil no ConsUni; Luis Paulo Scott, representante docente do CMCC no ConsUni; Marcella Pecora Milazzotto, representante dos coordenadores de curso de pós-graduação no ConsEPE e Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil no ConsUni. **Não votantes:** Amanda Thais de Mattos, representante suplente dos técnicos administrativos no ConsEPE; Andréia Silva, representante suplente dos técnicos administrativos no ConsEPE; Kleber Ferreira, representante dos técnicos administrativos no ConsUni; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto de graduação; Marcelo Zanutello, membro do GT-PPI; Paula Homem de Mello, vice-diretora do CCNH e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Daniely Dias Campos e Natália Paranhos, assistentes em administração e Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h32, destacando que as reuniões conjuntas dos Conselhos Superiores são utilizadas com muita parcimônia na UFABC, como para a discussão do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Ainda, informa serem reuniões de Expediente, não havendo deliberação. Passa a palavra à secretária-geral, Soraya, que explica os aspectos procedurais da reunião. **Pauta única. Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFABC.** A relatora e coordenadora do GT-PPI, professora Denise Consonni, agradece os professores Klaus e Dácio por fazer parte de um trabalho tão importante para a Universidade. Ainda, agradece os demais membros do GT. Quanto ao documento, inicia sua apresentação relatando o histórico dos trabalhos, iniciados em 2006, com a fundação da UFABC e a apresentação do PPI original. Prossegue, informando que, em 2013, foi publicado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2022. Em 2016, ano em que a UFABC completou uma década, foram realizadas as revisões de diversos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação. Em seguida, apresenta as diferenças entre um PDI e um PPI: a) PDI - contém metas para o desenvolvimento da Universidade em período limitado, representando um acordo em torno do qual se busca construir o futuro da instituição, em conformidade com seus valores e missão e b) PPI - define o caráter da instituição, de sua identidade e missão, além das contribuições pretendidas nos âmbitos local, regional e nacional, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Salienta, nesse momento, que questões de operacionalidade não devem fazer parte de um PPI e elenca os tópicos de sua estrutura tradicional: 1) histórico e



86 identidade institucional: missão e áreas de atuação, bem como princípios filosóficos gerais; 2)
87 inserção regional e nacional; 3) paradigmas acadêmicos e curriculares; 4) política de ensino:
88 Graduação, Pós-Graduação e Educação a Distância; 5) política de Pesquisa; 6) política de
89 Extensão e 7) política de gestão: estrutura organizacional e sistemas de avaliação. Acrescenta
90 que, dada a singularidade da UFABC, o PPI foi pensado de modo a ser construído em torno de
91 seus três fundamentos: interdisciplinaridade, inclusão social e excelência. A partir desses
92 fundamentos, o PPI apresenta as políticas institucionais que os contemplam, bem como a sua
93 inter-relação. Acrescenta que, ao final, há uma síntese das políticas institucionais fundamentais,
94 que oferece a imagem instantânea da UFABC que se almeja em plenitude. Quanto à metodologia
95 de trabalho, explica ter havido, no dia 21 de setembro de 2016, uma Mesa Redonda sobre o PPI,
96 durante as comemorações de 10 anos da UFABC, com os ex-reitores professores Luiz
97 Bevilacqua, Helio Waldman e Adalberto Fazzio como convidados. Em sequência, apresenta as
98 instâncias representativas às quais o documento foi submetido. Por fim, informa que o GT
99 realizou a análise de todas as sugestões recebidas e complementações ao documento. Em meio às
100 discussões, levanta-se Questão de Ordem para que o tempo de fala seja aumentado de três para
101 cinco minutos, dada a complexidade da discussão. Professor Klaus afirma que, se aumentado o
102 tempo, menos pessoas terão oportunidade de fala. Assim, mantém o tempo em três minutos.
103 Aberta a palavra, são realizadas as seguintes intervenções: 1) na página 6, “Introdução”, afirma-
104 se que, pelo primeiro parágrafo, entende-se que a Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, que
105 alterou a lei de criação da UFABC, deu caráter público à Universidade. Solicita-se que a redação
106 seja modificada, de modo que explicita que tal alteração apenas confirmou o caráter público da
107 UFABC. Professora Denise agradece a contribuição; 2) na página 7, “Inserção regional e
108 nacional”, solicitam-se esclarecimentos sobre o que se entende por “rede comunitária
109 filantrópica”; 3) aponta-se a necessidade de se reforçar o combate às discriminações e
110 desigualdades de gênero em diversos momentos do documento. Em especial, menciona-se o item
111 da página 9, que trata da Missão institucional: “obedece aos princípios da não separação entre as
112 atividades de ensino, pesquisa e extensão; e do ensino público e gratuito, sem discriminação de
113 raça, religião, ou de qualquer outra natureza.” Salienta-se a necessidade de tratar especificamente
114 do gênero. Professora Denise acata a sugestão; 4) na página 9, questiona-se o trecho
115 “compromete-se com a formação de profissionais de nível superior científica e tecnicamente
116 competentes e qualificados para o exercício de suas funções, conscientes dos compromissos
117 éticos, da necessidade de superação das desigualdades sociais e do desenvolvimento
118 sustentável.”, argumentando-se que o comprometimento deveria ser com a formação de pessoas,
119 de cidadãos, não somente de profissionais. Ainda, é mencionado que nenhum dos Bacharelados
120 Interdisciplinares (BI) é profissionalizante, o que denota a necessidade de alteração; 5) nas
121 páginas 9 e 10, afirma-se ser desnecessária a utilização do adjetivo “racional” nos trechos “[...]”
122 “compromisso com o progresso do conhecimento racional através dos métodos científicos [...]” e
123 “[...] formação humanística com o avanço do conhecimento racional, por meio da pesquisa
124 científica.”, uma vez que não se assume o conhecimento fora da racionalidade.” Professora
125 Denise agradece as sugestões e afirma que serão analisadas pelo GT; 6) na página 10, nos
126 “Fundamentos conceituais”, solicita-se a substituição da palavra “desigualdade” pela palavra
127 “desigualdades”, uma vez que há diversos tipos; 7) na página 10, “Fundamentos estruturais”, o
128 texto versa; “Ingresso na graduação que ocorre necessária e exclusivamente em BI ou
129 Licenciaturas Interdisciplinares (LI), com opção de escolha posterior do curso de formação
130 específica”. Menciona-se a discussão ocorrida nos Conselhos Superiores acerca da oferta única

do curso de Bacharelado em Relações Internacionais (BRI) na modalidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) na UFABC, afirmando-se que o documento deva contemplar as exceções a programas de cunho social, considerando que um dos fundamentos da UFABC é, justamente, a inclusão social. Ainda, menciona-se que, para que, no futuro não haja tanta dúvida e necessidade de debate, o documento deve trazer instruções mais claras acerca de como se almeja que a Instituição proceda em tais situações. Professora Denise afirma não entender que a definição dos BI ou LI como únicas maneiras de ingresso seja excludente de grupos sociais. Ainda, afirma entender que o conceito de inclusão social que se vivencia na UFABC é “oferecer as mesmas oportunidades a todos”; 8) na página 11, “Fundamentos estruturais”, o último item versa: “Compartilhamento de disciplinas entre cursos, visando permitir ao aluno o aproveitamento de conteúdos cursados para a integralização de mais de um curso e, à instituição, a otimização de recursos físicos e humanos.” Quanto a isso, menciona-se que o termo “otimização” remete-se a um fundamento operacional e não estrutural. Ainda, afirma-se que a finalidade seria permitir ao aluno cursar mais de um curso de formação específica, não a menor oferta de créditos por quadrimestre. Professora Denise afirma que o compartilhamento de disciplinas é uma marca muito forte da UFABC e como consequência, os alunos têm a possibilidade de integrar mais de um curso de formação específica; 9) na página 11, “Fundamentos operacionais”, há a redação: “Contratação criteriosa, apenas de professores com título de doutor e perfil de pesquisador”. Questiona-se o único critério ser a contratação de docentes com perfil de pesquisador, uma vez que um dos maiores problemas que os discentes enfrentam na UFABC é o fato de que muitos professores não possuem perfil didático. Argumenta-se que a Universidade deve buscar docentes que consigam realizar muito bem as duas coisas: lecionar e pesquisar. Professora Denise afirma que a contratação de docentes com perfil de pesquisador é um diferencial da UFABC. Espera-se que o docente, além de ser um bom professor, possua um forte perfil de pesquisador; 10) na página 11, “Fundamentos operacionais”, na menção à responsabilidade ambiental, afirma-se considerar mais pertinente a menção à responsabilidade com a sustentabilidade. Professora Denise afirma que o texto pode ser complementado para acatar a sugestão; 11) na página 11, “Fundamentos operacionais”, menciona-se não haver qualquer menção à Excelência na Gestão e às avaliações institucionais. Professora Denise comenta que a questão das avaliações institucionais aparecem no documento, mas concorda ser interessante mencioná-las logo no início, como um dos fundamentos. Informa que será discutido com o GT; 12) sugere-se que as menções à excelência na pesquisa e na gestão façam parte dos fundamentos, nas páginas 10 e 11 do documento. Sugestão acatada; 13) menciona-se que o Plano Nacional de Educação (PLN) prevê que, em 7 (sete) anos, 10% dos créditos dos alunos de graduação sejam cumpridos por meio de Extensão Universitária. Afirma-se que as Pró-Reitorias de Extensão e Cultura (ProEC) e Graduação (ProGrad) já elaboraram minuta que será apreciada pela Comissão de Graduação, pelo Comitê de Extensão e Cultura e, então pelo ConsEPE. Nesse contexto, sugere-se que ProGrad e ProEC redijam, em conjunto, um parágrafo sobre o tema a ser incluído na página 12, sob a “Interdisciplinaridade”. Solicita-se, ainda, que o assunto seja resgatado na Síntese das Políticas Institucionais Fundamentais da UFABC. Professora Denise informa haver grande preocupação com a manutenção dos números mínimos de créditos exigidos pelos órgãos representativos dos cursos de formação específica. Assim, quanto à menção aos 10% (dez por cento) dos créditos a serem cumpridos em atividades de Extensão, a preocupação é que isso não acarrete no aumento dos totais de créditos necessários para integralização dos cursos; 14) na página 12, ao versar sobre a Interdisciplinaridade, afirma-



se que o documento se reporta, especificamente, aos alunos, mas peca ao tratar das políticas para promover a interdisciplinaridade entre seus docentes. Professora Denise argumenta que todos os docentes da UFABC são disciplinares, apesar de haver um grande esforço para abraçar o PP da Universidade. Acrescenta que o que deve ser aproveitado é a grande gama de especialistas entre os docentes da Instituição. Ainda sobre o tema, mencionam-se outras Universidades que acabaram por contratar docentes especificamente para os BI, o que não se considera apropriado. É solicitado que o documento aponte para o fomento às práticas interdisciplinares dos docentes no exercício de suas funções, mesmo que esses não tenham tido uma formação interdisciplinar. Professora Denise afirma que fomentar a interdisciplinaridade é de extrema importância para a UFABC. Porém, como isso pode ser realizado é uma questão operacional que, talvez, deva constar no PDI e não no PPI; 15) nas páginas 17 a 20, solicitam-se esclarecimentos acerca da definição dos 10 (dez) Eixos do Conhecimento mencionados no documento. Professora Denise recorda que a questão foi amplamente debatida e que com a criação do BC&H, criaram-se o que eram chamados de subeixos no PP daquele curso. Explica que o GT optou por não categorizá-los como subeixos no PPI. Acrescenta não ser algo imutável. Ademais, afirma que cada curso de formação específica poderá escolher seus próprios eixos. Por fim, ressalta que os mais importantes eixos estão nesse PPI porque se tratam dos eixos dos BI. Ainda acerca do tema, propõe-se que o documento seja mais generalista em suas menções aos eixos, sem especificá-los, de modo que os cursos possam definir eixos distintos para suas áreas e que as discussões possam ser mais profundas. Sugere-se, também, que o eixo Humanidades, que parece estar extremamente generalizado e isolado no documento, seja removido, uma vez que se pode perceber que se trata de uma visão do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) acerca das Humanidades. Ademais, afirma-se que os critérios determinantes dos eixos não estão claros, uma vez que parecem pairar artificialmente sobre a realidade. Professora Denise explica que o eixo Humanidades foi mantido, justamente, por conta do BC&T. Explica que os eixos não são fixos, podendo ser rediscutidos e reformulados. Porém, no caso do BC&T, as Humanidades são um eixo importante. Já para o BC&H, foram necessários mais detalhes e a divisão em outros eixos. Ainda, informa que conversará com o GT acerca da sugestão, mas, pessoalmente, acredita que os eixos são parte muito importante dos BI, preferindo mantê-los no PPI; 16) afirma-se que o documento contém menções nominais a características que podem ser temporárias, como o Sistema Integrado de Gestão (SIG), na página 40, e, na página 24, os diferentes tipos de laboratórios institucionais de pesquisa. Para que o PPI seja atemporal, sugere-se que tais menções sejam suprimidas. Acatado; 17) na página 27, questiona-se se as funções essenciais do CCNH, CMCC e CECS, definidas, respectivamente, como “descobrir”, “sistematizar” e “inventar”, seriam consenso, uma vez que parecem ser definições artificiais. Ainda, questiona-se o fato de demonstrarem uma visão simplista do processo de produção do conhecimento. Professora Denise informa que tais definições foram resgatadas do PPI original da UFABC e que a observação será discutida pelo GT; 18) na página 33, reflete-se que a ideia de habilidades e competências deve ser debatida, uma vez que são essencialmente, a mesma coisa. Acredita-se que a palavra correta deveria ser “conhecimentos”; 19) na página 34, comenta-se que a seção do documento que trata da internacionalização parece estar desconectada do resto do documento, uma vez que é demasiadamente tradicional. Acrescenta-se que poderia haver maior diálogo entre o tema e os pilares: interdisciplinaridade, inclusão social e excelência. Professora Denise solicita auxílio do professor Jeroen Klink na elaboração de uma nova redação, uma vez que não há, no GT, especialistas de todas as áreas; 20) questionam-se as menções, nas páginas 39, 41 e 58, às



fontes de financiamento privadas. Afirma-se ser um tema polêmico, que necessita de ampla discussão com a comunidade. Ainda, questiona-se como o GT realizou a discussão acerca do assunto. Professora Denise concorda que o assunto é polêmico, mas o GT optou por mencionar algumas diretrizes para o contexto orçamentário que se vive; 21) solicita-se esclarecimentos sobre como foi debatida a contratação de professores, uma vez que a redação, na página 40, é diferente da primeira versão do PPI; 22) comenta-se que, ao se definir a inclusão social, na página 41, no trecho “[...] praticada tanto como um ato de responsabilidade e diminuição da desigualdade, quanto como um processo ativo de identificação e desenvolvimento de talentos.”, contradiz-se o que é estabelecido na página 33 acerca do tema: “inclusão social está fundamentada na excelência acadêmica, no sentido de devolver à sociedade profissionais científica e tecnicamente competentes e qualificados para o exercício profissional [...]” Reflete-se que os fundamentos da UFABC, inclusão social, interdisciplinaridade e excelência, não devem ser hierarquizados ou fundamentados uns nos outros; 23) quanto à Síntese das Políticas Institucionais Fundamentais da UFABC, na página 52, afirma-se que possa ser separada do documento, uma vez que acaba por torná-lo muito rígido. Ainda, solicita-se que os tópicos sejam melhor estruturados. Professora Denise considera interessante a sugestão de transformar o item em anexo; 24) na página 52, questiona-se o seguinte trecho: “Incremento da eficiência no processo de seleção dos alunos ingressantes e no aproveitamento das vagas disponíveis.”, uma vez que não parece ser algo praticável, considerando que todos os alunos são provenientes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Professora Denise informa que o disposto trata dos alunos de pós-graduação; 25) na página 53, onde consta: “Regime quadrimestral, que permite dinamismo e exposição do aluno a um número maior de disciplinas e áreas”, sugere-se a alteração da palavra exposição, por uma mais adequada, de modo que fique claro que o regime quadrimestral permite que o aluno curse mais disciplinas e explore diversas áreas. Professora Denise pondera que talvez a palavra “exposição” não esteja apropriada, podendo ser substituída pela palavra “aproveitamento”; 26) na página 56, onde consta: “Garantia da representatividade, equilíbrio e a funcionalidade das Pró-Reitorias, Conselhos Superiores, Comissões, Conselhos dos Centros e dos colegiados dos cursos, para que cada órgão e setor tenham bem definidos suas atuações e alcances, de modo que todos trabalhem conjuntamente na implementação do modelo institucional proposto”, sugere-se incluir a participação e a democracia como políticas institucionais. Professora Denise expõe que levará a sugestão aos outros membros do GT; 27) na página 57, há um item com a seguinte redação: “desenvolvimento de um corpo de servidores competente, contando com aperfeiçoamento profissional contínuo, que busque maior eficácia na gestão e uso de recursos e evite burocracia e desperdícios.” Considera-se que a redação apresenta o servidor público como promovedor da burocracia e do desperdício de recursos. Sugere-se a alteração para “desenvolvimento de um corpo de servidores competente, com capacitação e qualificação contínua.” Professora Denise afirma não considerar que a redação, tal como está, remete a uma avaliação negativa do corpo atual de servidores, mas trata das metas da Universidade; 28) comenta-se que, apesar de haver menções às LI como possíveis cursos de ingresso, em diversos momentos, o documento trata apenas dos Bacharelados Interdisciplinares (BI). Nesse sentido, sugere-se que o documento apresente uma seção para tratar das modalidades de Ingresso, discorrendo acerca do que é possível para o futuro e o que há no presente, de modo que haja uma padronização que contemple todas as modalidades. Professora Denise afirma que as LI, apesar de estarem sendo estudadas, ainda não são uma realidade na UFABC. Desse modo, o GT optou por evidenciar os BI, que são marca da UFABC. Ainda sobre o tema, defende-se a



manutenção da menção à LI, uma vez que há uma clara intenção da UFABC em ofertá-la e que o curso foi profundamente discutido em diversas instâncias da Universidade. Professora Denise declara que esse foi o entendimento do GT; 29) registra-se que, ao mencionar a interdisciplinaridade, por todo o texto, é citado o trânsito dos docentes entre as disciplinas. Assim, seria importante ressaltar a necessidade de a Instituição desenvolver mecanismos e canais, de modo a fomentar e facilitar tal processo. Professora Denise considera importante que o trânsito dos docentes esteja mencionado no documento, de modo a ser uma meta a ser alcançada. Ainda, relata que esse trânsito já ocorre, porém, tal dinâmica pode ser melhorada; 30) comenta-se que o documento menciona diversas vezes a inclusão social, mas também é necessário ressaltar a questão da inclusão de pessoas com deficiência. Professora Denise informa que a questão já é mencionada no documento, mas acredita que se possa atribuir-lhe mais ênfase; 31) solicita-se que o documento proporcione mais destaque ao princípio da Ética, tanto no Ensino, como em Pesquisa, Extensão e Gestão. Sugestão acatada; 32) questiona-se a falta de subsídios teóricos sobre a UFABC, pois não há pesquisas científicas que verifiquem se o que se relata sobre o regime quadrimestral e outros diferenciais da UFABC é real. Ainda, questiona-se a afirmação de que não há docentes responsáveis por disciplinas, uma vez que, em muitos casos, o que ocorre é o contrário. Também, menciona-se o fato de as matrizes sugeridas serem as mesmas para as turmas do noturno e do diurno. Aponta-se ser necessário pensar em alternativas para tais alunos, uma vez que se deseja a inclusão social. Professora Denise concorda que, com os 10 anos da UFABC, seria interessante haver dados científicos sobre sua atuação, mas como ainda não existem, talvez possam fazer parte do próximo PDI. Ainda, ressalta que, em nenhum momento no documento, é mencionado que os cursos matutino e noturno são idênticos. É dito apenas que todos os cursos são ofertados com a mesma qualidade; 33) questiona-se se o propósito do documento é ser uma recomendação ou uma idealização. Professora Denise responde que o documento apresenta alguns aspectos da realidade da UFABC, mas há outros que demarcam o ideal; são diretrizes; 34) alerta-se que a utilização de conceitos para a avaliação das disciplinas tem apenas uma menção no documento e que a questão deveria ser mais aprofundada, uma vez que se trata de algo muito inovador no país, ao que professora Denise comenta que a questão é operacional e que o importante é que a avaliação na UFABC é realizada pela evolução dos alunos e não pela contagem de notas. Ainda sobre o tema, solicita-se que seja evidenciado que os conceitos são uma avaliação qualitativa, uma vez que, na prática, alguns docentes se prendem a notas numéricas; 35) solicita-se que a palavra “cota”, seja substituída pelo termo “reserva de vagas” em todo o documento. Acatado; 36) aponta-se que não se deve buscar uma carga horária próxima ao mínimo exigido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais; 37) reflete-se que o documento necessita delimitar o que são cláusulas péticas para a UFABC e o que pode ser discutido, ao que professora Denise considera que nada é imutável. Esclarece que o GT buscou apontar princípios para que a UFABC não se torne uma cópia das universidades tradicionais; 38) solicita-se que seja melhor explicado o que a Instituição acredita por ser o conceito *multicampi* da Universidade e o trânsito entre os *campi*. Professora Denise considera que a questão é majoritariamente operacional e por isso não consta nesse documento. Ressalta que o tema é tratado no PDI; 39) menciona-se ser necessário um aprofundamento da questão da reflexão, algo muito importante para as Humanidades; 40) acredita-se ser necessária a menção das disciplinas obrigatórias dos BI como introduções aos vários campos do conhecimento e não como introdução a estudos sequenciais, uma vez que cada aluno não necessariamente prosseguirá seus estudos em todos os campos com os quais tiver contato. Professora Denise agradece a sugestão,



311 considerando-a pertinente; 41) propõe-se que seja explicitada a disposição da UFABC em
312 evoluir na democratização do ensino; 42) afirma-se haver falta de um lema no projeto: a
313 interdisciplinaridade sem abrir mão da cultura de especialização, que esclareça que o PPI da
314 UFABC possui, em si, a riqueza da verticalização adquirida anteriormente. Desse modo, se
315 refutaria a ideia de uma horizontalidade superficial; 43) solicita-se que sejam suprimidas as
316 referências bibliográficas por todo o documento. Professora Denise considera as referências
317 importantes para o documento, mas estudará com o GT outras opções; e 45) solicita-se que
318 sejam incluídos, ao se tratar da inclusão social, os debates com entidades e coletivos, que são
319 ações comuns na UFABC e precisam ser mencionadas. Ainda, solicita-se que seja ressaltada a
320 questão da diversidade e pluralismo existentes na Universidade. Professor Klaus reflete que o
321 PPI é um documento perene, mas tal perenidade é relativa, uma vez que ele não é imutável.
322 Desse modo, acredita que a UFABC deve demonstrar ousadia, assim como foi na formulação do
323 primeiro PPI. Diversos conselheiros solicitam à Mesa que haja mais oportunidade para o debate
324 ainda no Expediente, considerando o número de sugestões realizadas e a importância do
325 documento. Em suas considerações finais, professora Denise agradece a todas as intervenções e
326 afirma que tudo o que foi dito será discutido pelo GT. Como nenhum dos participantes deseja
327 fazer uso da palavra, o presidente em exercício agradece a presença de todos, e encerra a sessão
328 às 17h08. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos;
329 Thiene Pelosi Cassiavillani, secretária executiva e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos,
330 assistentes em administração da Divisão de Conselhos, em conjunto com a secretária-geral,
331 Soraya Cordeiro, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo presidente, Klaus Capelle e
332 pelos demais presentes à sessão.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração

Natália Paranhos
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Secretária Executiva

Soraya Cordeiro
Secretária-Geral